

MULHER E TRABALHO

Belmira Magalhães
Geice Silva

Introdução

Vê se é gente que quer te pôr
Numa redoma – um lindo – objeto
A vegetar
Alheia a tempo e lugar
Acorda e toma cuidado:
Olha que te levam para o mesmo lado
De tanto destino mal-aventurado
(GEIR CAMPOS)

Para a compreensão sobre a posição da mulher na sociedade capitalista contemporânea, a temática do trabalho é fundamental. Tanto do ponto de vista do lugar das relações econômicas e políticas, como das culturais, que ditam para sociedade o que é ser mulher.

Nossa primeira abordagem será teórica, buscando a ontologia que cria a discriminação das mulheres. Precisamos partir da Grécia antiga e do maior filósofo dessa época. Aristóteles deve ser considerado um gênio clássico, pois seus textos mostram uma busca ontológica das relações sociais de sua época. Para ele, as mulheres livres poderiam ser vistas como iguais aos escravos. “Essa afirmação fica mais nítida ainda quando se toma como referência a noção de família que, para os gregos antigos, está associada à noção de espaço (*oikós*) e de um dono” (Magalhães, 2005, p. 39).

Como afirma Chauí (1994, p. 325), os *despótes*, responsáveis pelo *oikos*, têm um poder absoluto sobre os membros que ocupam o espaço e que serão, todos, considerados membros da família, evidentemente que com relações de classes e de sexo bem acentuadas:

Na família, a autoridade é exercida pelo chefe familiar segundo a vontade pessoal, individual e arbitrária desse chefe, cuja única lei ou regra é sua vontade e seus interesses. A autoridade do despótes é uma autoridade privada, é o poder de vida e morte inquestionado

que detém sobre todos os membros da família e o poder absoluto de dispor de todos os bens móveis e imóveis familiar.

Dando um salto histórico até a colonização do Brasil, que instala a escravidão chamada moderna, e mantendo as diferenças de classes necessárias à nova etapa histórica, persistem, em essência, as mesmas relações familiares. Por que dois sistemas econômicos diferentes (antigo e capitalista) mantêm as mesmas relações familiares? Essa resposta só poderá ser dada a partir do conhecimento do trabalho humano como fundante das relações humanas.

Para desenvolver essa temática vamos nos basear no materialismo histórico/dialético, que sustenta um dos pilares da análise do discurso pecheutiana. Nossa pergunta agora é: o que é o trabalho humano, qual a sua essência? Para Lukács (2013, p. 43), “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade”.

Marx, em *O Capital* (2013, p. 120), afirma que “como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição da existência do homem¹, independentemente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediações do metabolismo entre homem e natureza, e, portanto, da vida humana”.

Nesse sentido, todas as outras atividades humanas estão diretamente relacionadas com a forma do trabalho de cada sociabilidade. Essas relações são dialéticas e formam complexos que só serão entendidos a partir de uma busca metodológica que parte da particularidade de cada sociedade, em seu tempo histórico, e alcançam a totalidade das relações entre essência e aparência, isso é, sua totalidade. O trabalho se torna o fundante de todas as práticas humanas; evidentemente, não há sempre uma relação direta entre o trabalho e as práticas sociais, porquanto existem mediações que tornam complexo o alcance dessa relação.

Uma categoria fundamental para se compreender a relação entre mulher e trabalho, entendida como reprodução dos futuros componentes da sociedade, é a funcionalidade da família. Esse é o objetivo que se impõe a todas as sociedades: ter pessoas que se ocupam de reproduzir. Essas ocupações são realizadas pela família: às mulheres é dado o cuidado dos mem-

¹ Ser Social.

bros da família, e aos homens, a manutenção e o poder sobre todos os membros.

Nas sociedades contemporâneas, são poucas as famílias em que as mulheres não precisam trabalhar. No entanto, a ideologia liberal continua a dizer que esse lugar é o delas; as mulheres podem ajudar nas despesas, mas devem sempre priorizar as atividades da casa.

Essa forma de manter a reprodução da própria sociedade existe em todas as sociedades e tempos históricos, embora de maneiras diferentes para cada sociabilidade e para cada momento histórico. Nos primórdios do ser social, essa diferença de papéis era ligada diretamente à natureza da espécie humana: as mulheres gestam e amamentam, logo o aleitamento teria de ser realizado por elas. Não estamos nos referindo aqui às mães, mas às mulheres.

A necessidade mais primária da espécie humana, como a dos animais, é sobreviver enquanto indivíduo e enquanto espécie; por isso, tem como premissa básica um estrito relacionamento com a natureza, através do trabalho. O trabalho fundamenta o ser social; na sua realização cotidiana é que o ser social se constitui. Na perpetuação da espécie, mesmo nas sociedades contemporâneas, a reprodução da prole é fundamental. Assim, tanto na Grécia Antiga como nas sociedades contemporâneas, com formas específicas de família, as mulheres são seres preciosos que precisam ser confinadas, guardadas e submissas ao homem, sempre com o aplauso dos poderosos dos diferentes modos de produção e dos respectivos Estados.

O conceito de maternidade, embora implique evidentemente uma função biológica da mulher, está muito mais ligado às características sociais da mulher, a seu papel dentro da reprodução social e à reprodução da prole. Não basta ter filhos; tem de ser a responsável por todos os filhos e pela família. Atividade, como já vimos, fundamental para a reprodução de cada sociabilidade.

Para que essas atividades não sejam questionadas pelas mulheres, a ideologia dominante deve ser internalizada por todos e, principalmente, pelas mulheres. Discursos como o da “rainha do lar” valorizam seu *status* doméstico, fazendo com que mesmo aquelas mulheres críticas da realidade acabem por apresentar sentimentos de culpa em relações aos filhos. Muitas tomam a decisão de não ter filhos, para não sofrerem o impasse que essa questão coloca em suas vidas.

Capitalismo, família e gênero

Na família se reproduz a força de trabalho, e, também, a dicotomia entre os diferentes papéis entre homens e mulheres. Essa tarefa é fundamental para a manutenção da exploração de classe. Desde o nascimento, a prole deve manter as divisões de sexo e, mais que isso, a ideologia de classe. À família explorada cabe entregar à sociedade um ente pronto para ser explorado, sabendo comportar-se como tal, pois esse é o seu lugar destinado pelas relações sociais. Da mesma forma, as famílias dominantes têm de mostrar aos filhos que eles mandam e são muito melhores do que os outros.

A força de trabalho futuro de qualquer sociedade é uma mercadoria produzida pelo trabalho doméstico de modo invisível. A maioria das mulheres faz esse trabalho de modo inconsciente, sem reservas, mas com muito amor e satisfação.

A separação espaço e tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo se faz no processo de construção da vida social no sistema capitalista. A partir dela se estrutura a divisão sexual do trabalho, elemento central na constituição das relações sociais de sexo/gênero. (ÁVILA, 2014, p. 15).

No regime capitalista, embora a mulher, além do trabalho doméstico, sempre haja trabalhado na produção de outras mercadorias, sua atividade nesta produção é sempre vista como secundária, pois o sistema afirma em suas ideologias que o seu lugar na reprodução da força de trabalho é o que faz parte da “essência” das mulheres: a maternidade. Todos os outros são secundários, mesmo quando elas se tornam chefes de famílias. Sintetizando: as mulheres reproduzem os trabalhadores e produzem, nos empregos que conseguem, a mais-valia; são duas formas de gerar lucro para o sistema.

Para Magalhães (2005), em relação à imagem feminina tem-se também um discurso dúbio: transformar-se numa nova mulher significa entrar no mercado de trabalho, competir com os homens sem se tornar um deles; paralelamente, é construída uma fala na qual são ressaltados os benefícios de ficar em casa, tomando conta do lar, como afirma o caderno Mulher, do jornal Gazeta de Alagoas, na coluna Opinião, que funciona como um editorial do Caderno.

Você que trabalha sem remuneração, tem afinal, no calor do lar, o carinho dos filhos, o convívio mais estreito com as amigas, algumas vantagens de inúmeras executivas de altos contracheques.

Afirmações desse tipo de discurso reforçam o lugar prioritário das mulheres: a casa, pois seu trabalho não remunerado e realizado para a família, segundo o jornal, consiste na alegria de ser a “Rainha do Lar”, como já referimos. A divisão de tarefas domésticas não aparece como uma forma de inviabilizar o trabalho feminino fora do lar. Desde que ela faça as duas atividades bem. Uma dupla jornada.

A lógica liberal exalta a individualidade, mas afirma, no tocante ao trabalho doméstico, sua subalternidade econômica em relação aos homens. Pois a escolha é dela!

Segundo Ávila (2014, p. 14):

A divisão sexual do trabalho está associada de maneira inextricável a outra configuração, o que se expressa em termos de relações que associam homens/produção/esfera pública e mulheres/reprodução/espaço privado, conferindo a essas associações, dentro do mesmo princípio hierárquico, uma qualificação da primeira como sendo da ordem da cultura, e da segunda como sendo da ordem da natureza.

Duas questões são fundamentais para entendermos como o sistema capitalista determina a relação da mulher com o trabalho de produção. A primeira se apresenta como uma forma de lucro dos capitalistas, que não precisam se preocupar com a alimentação e outras tarefas, e também com as crianças, que se tornarão trabalhadores no futuro. E se fôssemos contabilizar o quanto de investimento seria necessário para manter os trabalhadores aptos para sua jornada de trabalho?

As horas que as mulheres se dedicam ao trabalho doméstico são enormes, como veremos mais adiante. Por outro lado, a ideologia que idolatra a mãe e esposa de família, torna o emprego fora do lar, para as mulheres, algo que não é visto como prioritário. Mais ainda, é desvalorizado porque elas estão sempre divididas entre trabalhos em casa e trabalhos fora. Ademais, paga-se menos às mulheres e não há incentivos para cargos de chefia quando por elas exercidos.

O trabalho doméstico não remunerado proporciona um lucro de que o capitalista não abre mão e do qual a maioria da população não tem consciência. Mesmo algumas femininas e intelectuais, não levam em conta

a relação direta do trabalho não remunerado na produção com a segregação das mulheres, com todo o peso da reprodução social dos membros da classe trabalhadora. Por isso, a ideologia dominante precisa exaltar esse lugar das mulheres como mães e esposas.

Precisamos compreender essas relações econômicas e sociais no sistema capitalista, a fim de poder resistir, e mais que isso, mudar as relações familiares e trabalhistas.

Federici (2017, p. 18) enfatiza a relação do trabalho reprodutivo com a produção capitalista:

Desse modo, a assimetria do poder das mulheres e homens na sociedade capitalista não podia ser atribuída à irrelevância do trabalho doméstico para a acumulação capitalista – o que vinha sendo desmentido pelas regras estritas que governavam a vida das mulheres – nem à sobrevivência de esquemas culturais atemporais. Pelo contrário, devia ser interpretada como efeito de um sistema social de produção que não reconhece o trabalho como uma fonte de acumulação do capital e, por outro lado, as místicas como um recurso natural ou um serviço pessoal, enquanto tira proveito da condição não assalariada do trabalho envolvido.

Nossa proposta agora é mostrar o real da história a partir dos dados do trabalho em tempos de crise do capitalismo.

Crise do capital e divisão sexual do trabalho

A atual pandemia da Covid-19 está expondo profundamente as contradições econômicas e políticas do sistema capitalista de produção. Na entrada da segunda década do século XXI, estamos vivendo efeitos devastadores das políticas neoliberais, impostas progressivamente do centro do capital para o mundo, desde a década de 1970.

Em seus últimos documentos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece uma relação entre a pandemia, a crise econômica e a precarização do trabalho. Tem explicitado preocupação com a perda de empregos representada pela progressiva diminuição “das horas de trabalho”². Diz a OIT, a partir dos dados econômicos que o mundo apresentava antes da pandemia:

² Ver “OIT: A COVID-19 causa perdas devastadoras de empregos e horas de trabalho” (OIT, 2020).

Mais de quatro em cada cinco pessoas (81%) das 3,3 bilhões que compõem a força de trabalho global estão sendo afetadas pelo fechamento total ou parcial do local de trabalho [...]. 1,25 bilhão de pessoas estão empregadas em setores considerados de alto risco de aumentos “drásticos e devastadores” de demissões e de reduções de salários e de horas de trabalho. Muitas dessas pessoas trabalham em empregos mal remunerados e de baixa qualificação, onde uma perda imprevista de renda acarreta consequências devastadoras. No nível global, dois bilhões de pessoas trabalham no setor informal (a maioria em economias emergentes e em desenvolvimento) e estão particularmente em risco. (OIT, 2020)³.

A crise na saúde pública tem, sem dúvida, efeitos desastrosos para a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. Contudo, é preciso situar essa crise em sua processualidade histórica.

Em 2018, a Organização das Nações Unidas (ONU) afirmava que a transição para a economia formal seria essencial para garantir proteção social e trabalho decente, pois 61% da população empregada no mundo já se achava na economia informal (ONU, 2018)⁴.

Analisando esses textos da OIT e da ONU, percebemos que a pandemia não criou o desemprego, nem o número enorme de trabalho informal, que já se mostrava crescente, como única forma de obter uma renda mínima para uma grande parte da população mundial. A pandemia, claro, cria uma crise maior para esses trabalhadores, pois nem isso pode ser realizado.

A análise do discurso pecheutiana permite que ao analisarmos os dados das pesquisas, tenhamos conceitos que abarcam a totalidade das relações sociais, a partir da problemática dos discursos em que se está trabalhando. O sujeito pecheutiano nunca é um sujeito individual, nem mesmo quando se trata de organizações, pois elas têm sempre um lugar nas relações de produção que sustentam seus lugares de fala.

A primeira modalidade consiste em uma superposição (um recobrimento) entre o sujeito da anunciação e o sujeito universal, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob

³<https://nacoesunidas.org/oit-covid-19-causa-perdas-devastadoras-de-empregos-e-horas-de-trabalho-no-mundo/>

⁴<https://nacoesunidas.org/quase-dois-tercos-da-forca-de-trabalho-global-estao-na-economia-informal-estudo-da-onu/>

a forma do “livremente consentido”. (PÊCHEUX, 2009, p. 199, grifos do autor).

Nesses discursos analisados, embora suas atuações ressaltem sempre o humanismo, há uma relação direta com o sistema capitalista, de classes, que impede sua posição fora do âmbito ideológico do capitalismo. Por esse lugar de discurso, os dois textos estabelecem uma relação entre precarização do trabalho e riscos sociais. Contudo, o texto de 2020 (OIT) revela preocupação com a renda, trazendo como pano de fundo não a precarização do trabalho efetivamente, mas a diminuição das horas de trabalho em virtude da pandemia; em outras palavras, o *stand by* da produção de capital em 2020.

O documento não diz que está havendo uma diminuição das horas de trabalho excedente, produtor de mais-valia. E inversamente, o aumento das horas de trabalho das mulheres no espaço doméstico – horas não pagas. Por isso, os discursos só podem chegar ao que afirma Rider, diretora-geral da OIT: “[...] Nosso objetivo deve ser reconstruir de forma melhor, para que os nossos novos sistemas sejam mais seguros, mais justos e mais sustentáveis do que aqueles que permitiram que essa crise acontecesse”. (OIT, 2020). Nesse sentido, só se pode enfatizar “um sistema mais seguro e mais justo”; não há nunca a busca de um sistema igualitário.

Não sabemos o que Rider chama de “novos sistemas”, mas sabemos o que permitiu que a crise acontecesse: a forma de gerir a crise estrutural do capital⁵. A chamada reestruturação produtiva e o neoliberalismo determinaram a precarização do trabalho que vivemos hoje, a quase total desproteção social e um maior incômodo das mulheres com a divisão sexual do trabalho, nesse processo aprofundada.

Nas sociedades de classes, as soluções encaminhadas afetam, necessariamente, de forma diferenciada e contraditória os interesses das classes envolvidas. No entanto, os discursos legitimados implementam ações, que tomam forma de generalizações. Aí reside o caráter ideológico do político que se explicita ora com a roupagem da ciência, ora como senso comum e tradição. (MAGALHÃES, 1996).

O discurso do “Estado mínimo” nunca convenceu as reflexões e ações feministas. O famoso manifesto de 1975, “Salários contra o trabalho

⁵ Ver Mészáros, 2002.

doméstico”, anunciara que ser “dona de casa” é exercer um trabalho para a sociedade, politizando a divisão sexual: “eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado” (in: Federici, 2019, p. 40).

A insistente política de mercantilização dos serviços sociais públicos, que responde à crise estrutural do capital, tem suporte central no trabalho doméstico e de cuidado não pagos. Na verdade, a lógica do sistema que explora e hierarquiza produção e reprodução só é possível com a garantia das mulheres no lugar social, econômico e político em que se encontram majoritariamente.

Ao dizermos “não pagos”, não nos referimos a uma falta de salário para a “dona de casa” (como reivindicado em 1975); referimo-nos a não serem pagos pela política (econômica!) de seguridade das demandas coletivas da família trabalhadora. Durante suas jornadas de trabalho e estudo, não há restaurantes adequados a suas realidades salariais, nem creches para seus filhos em idade não escolar; tampouco há serviços públicos de cuidado às trabalhadoras e aos trabalhadores idosos. Ao contrário, saúde, previdência social e educação são consideradas pelo Estado e pelo capital como gastos sociais.

As pesquisas e movimentos feministas relacionados à classe trabalhadora passaram a defender os estudos sobre o uso do tempo⁶. Em 2011, o extinto Observatório Brasil da Igualdade de Gênero⁷ afirmou que:

Os estudos sobre uso do tempo são importantes para subsidiar a elaboração de políticas públicas que transfiram parte da responsabilidade pelas atividades de reprodução da sociedade das mulheres para o Estado. Equipamentos sociais e serviços como creches, restaurantes populares, lavanderias comunitárias e transporte escolar contribuem para que as mulheres aumentem seu tempo disponível para outras atividades, que incluem desde sua inserção no mercado de trabalho até o descanso e lazer. (SPM, 2011)⁸.

⁶ BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos*. Cad. Pesquisas [online]. 2007, vol. 37, n. 132, p. 537-572. ISSN 1980-5314.

⁷ Fórum de estudos e pesquisas da também extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), após o impedimento do governo Dilma Rousseff em 2016.

⁸ <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/uso-do-tempo>

O Observatório discutiu dados sobre divisão sexual do trabalho no Brasil, oriundos da primeira PNAD⁹ contínua, realizada pelo IBGE¹⁰ em 2011. Seguem trechos da discussão produzida pelo *Observatório*:

Uma das manifestações da desigualdade de gênero é a divisão sexual do trabalho. Certas tarefas são realizadas majoritariamente por pessoas do sexo feminino, como as tarefas domésticas. Tais tarefas, não remuneradas e não reconhecidas socialmente como formas de trabalho, incluem o cuidado da casa, dos filhos, de idosos etc. [...]

No Brasil, os homens trabalham fora de casa, em média, seis horas a mais que as mulheres por semana [...]. Entretanto, no espaço doméstico, as mulheres têm jornadas bastante superiores aos homens: enquanto elas dedicam 22,3 horas por semana às tarefas domésticas, eles gastam somente 10,2 horas (considerando somente as pessoas ocupadas, ou seja, que trabalham fora de casa). Assim, somando-se as horas de trabalho dentro e fora de casa de homens e mulheres, percebe-se que os homens trabalham em média 52,7 horas por semana, e as mulheres, 58,5 horas. (Dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2011, grifos nossos).

Destacamos que “enquanto elas dedicam 22,3 horas por semana às tarefas domésticas, eles gastam somente 10,2 horas”; entre parênteses, alerta-se que tais dados referem-se “[...] somente às pessoas ocupadas”. Temos, portanto, que há dez anos no Brasil, as trabalhadoras laboravam no mínimo 12 horas a mais por semana.

Considerando apenas as mulheres “ocupadas” (termo do IBGE para designar quem está em alguma atividade laboral para o mercado), as 12 horas não significam apenas que os homens descansam nessas horas e que as mulheres, em atividade constante em casa, trabalhem para a própria família. Na verdade, essas horas, sejam 12, menos ou mais, apontam um problema histórico: a dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher no sistema capitalista de produção, silenciadas pelo capital e pelas políticas públicas, porque não são contadas como trabalho, e sim como algo que está na natureza das mulheres, que “realizam essas atividades por amor”.

⁹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Objetiva mapear a dinâmica social e econômica da força de trabalho.

¹⁰ Os domicílios pesquisados passam a ser visitados trimestralmente, somando cinco visitas no período de um ano. A PNAD anterior fazia apenas uma visita anual ao domicílio pesquisado.

Em 2012, o “Data Popular” e a “SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia” entrevistaram “800 mulheres de nove capitais brasileiras, além de Brasília, com idade entre 18 e 64 anos e que possuíam algum tipo de trabalho remunerado”. A “Agência Patrícia Galvão” observou que o estudo “comprova que a maior participação das mulheres no trabalho remunerado não foi acompanhada de mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, nem na oferta de políticas públicas” (2012).

Destaca ainda que,

Entre as entrevistadas, sete em cada dez mulheres sentem que falta tempo no dia a dia, especialmente para cuidar de si. E três em cada quatro consideram sua rotina extremamente cansativa. Nos finais de semana 73% das mulheres realizam tarefas domésticas nas suas próprias casas. Creche e transporte lideram entre as principais demandas das mulheres para o poder público. **A pesquisa revela que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que têm trabalho remunerado.** A demanda por creche não varia de acordo com a classe social (classe AB 36%; classe C 33%; e classe DE 34%). (Data Popular, SOS Corpo, 2012, grifos nossos)¹¹.

A falta de estrutura pública para o cuidado da família trabalhadora, mesmo durante suas jornadas trabalho, é justificada ideologicamente por uma suposta condição feminina de natureza para o cuidado e/ou como ato de amor das mulheres a suas famílias. Chegando ao final da década, os dados da divisão sexual do trabalho que continuamos a ver no mundo e a particularidade da formação social brasileira (colonial, racista e patriarcal) mantêm marcas de profunda desigualdade.

Nos gráficos¹² a seguir da PNAD 2017, notamos as desiguais horas de trabalho, bem como se dá a divisão dos tipos de atividade:

¹¹<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/trabalho/para-mulheres-trabalhadoras-rotina-extenuante-e-salario-menor/>

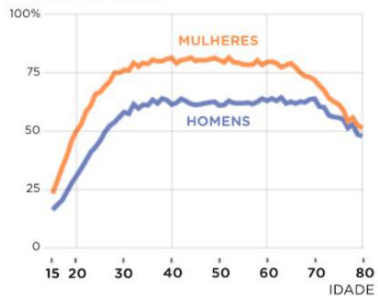
¹² ZANLORENSSI, G.; ALMEIDA, R. As horas de trabalho doméstico de homens e mulheres do Brasil. Nexo Jornal. São Paulo, 30 de abr. de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/04/30/As-horas-de-trabalho-dom%C3%A9stico-de-homens-e-mulheres-do-Brasil>. Acesso em: 29 mar. 2020.

Fazer compras

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE

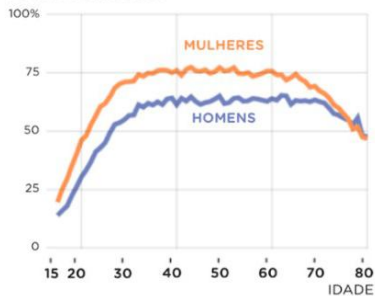


Gerenciar contas e serviços

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE



Realizar reparos domésticos

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE

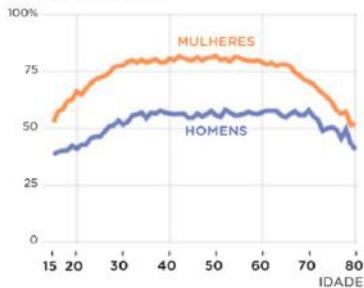


Limpar

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE



PERCENTUAL DE HOMENS E MULHERES QUE REALIZAM CADA ATIVIDADE DOMÉSTICA

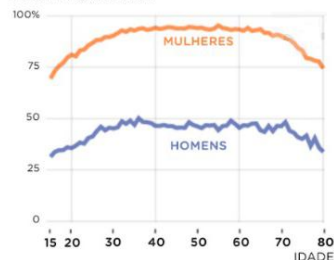
De acordo com a idade

Cozinhar e lavar

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE

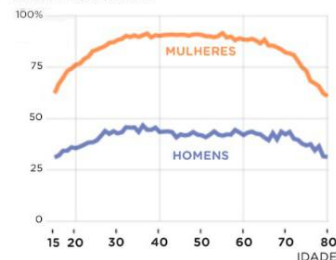


Cuidar de roupas e sapatos

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE



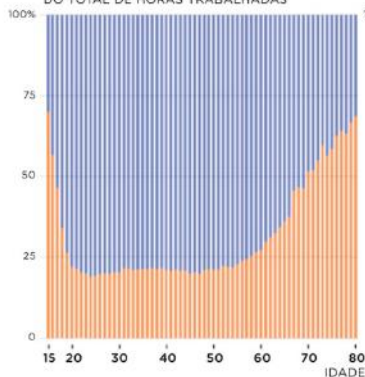
PROPORÇÃO DE HORAS SEMANAIS DE TRABALHO POR IDADE

Categorizado entre trabalho doméstico e profissional

■ TRABALHO DOMÉSTICO ■ TRABALHO PROFISSIONAL

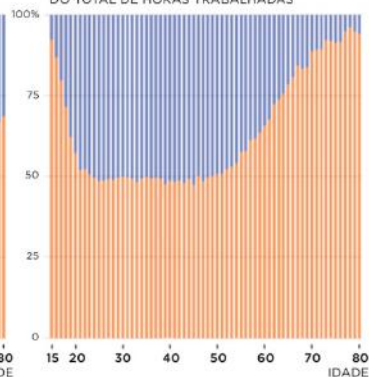
Homens

DO TOTAL DE HORAS TRABALHADAS



Mulheres

DO TOTAL DE HORAS TRABALHADAS



A condição biológica de gestar e aleitar é explorada pela moderna versão da propriedade privada, o capital. Esta exploração da condição biológica feminina condicionou as colonizações do século XVI e tem sido o su-

porte das neocolonizações que mantêm trabalho forçado, análogo à escravidão¹³, além da precarização geral do mundo do trabalho.

O “poder do macho”, termo cunhado por Saffiotti (1989), é, portanto, justificado pela ampla e contraditória ideologia de naturalização da história, seja “por vocação divina” nos sistemas de classe anteriores ao capital, seja por “condição biológica”, em nossa época. As ideologias que naturalizam desigualdades dificultam a visibilidade da função econômica e política da práxis determinante das relações de gênero e raça (inter e intraclases). No Brasil, essa práxis é a de concentração de poder econômico e político nas mãos dos sujeitos “machos”, brancos e misóginos¹⁴.

Nesse momento em que o mundo passa por uma crise econômica e sob uma ideologia conservadora, o papel da mulher na família é ressaltado como algo além do natural – uma forma religiosa de estar, que esperam que ela ocupe. Há várias formas ideológicas de enaltecer o amor materno, como propagandas¹⁵, novelas etc.

Para além do trabalho doméstico e de cuidado não pagos, as mulheres lidam também no mundo do trabalho com uma desigualdade salarial global. Em 2015, o jornal BBC Brasil publicou a matéria “Desigualdade: mulheres brasileiras trabalham ‘de graça’ desde 19 de outubro”. A matéria data de 11 de novembro de 2015.

Se alguém te pedisse para trabalhar de graça até o final do ano, você aceitaria? Provavelmente não.

Mas é o que de certa forma ocorre com as mulheres, na visão de um grupo de ativistas por igualdade de salários, que, levando em conta a diferença salarial entre homens e mulheres na Grã-Bretanha (14,2%),

¹³ Ver: “OIT alerta para formas contemporâneas de escravidão no Brasil e no mundo” (OIT, 2019).

<https://nacoesunidas.org/oit-alerta-para-formas-contemporaneas-de-escravidao-no-brasil-e-mundo/> e “MA [Maranhão] lidera *ranking* de mulheres resgatadas em situação análoga de trabalho escravo no país” (Portal G1, 2019).

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/03/08/ma-lidera-ranking-de-mulheres-resgatadas-em-situacao-analoga-de-trabalho-escravo-no-pais.ghtml>

¹⁴ “Para a médica Maria José Araújo, o machismo e a desigualdade entre gêneros são alguns dos fatores que explicam o fato de mulheres serem 74% da população que consome remédios para transtornos psiquiátricos.” Com o título, “Casamento é um risco para a vida das mulheres”, a matéria do jornal Opera Mundi (2015), discutiu a relação entre saúde psiquiátrica feminina e machismo.

<https://operamundi.uol.com.br/samuel/41005/casamento-e-um-risco-para-a-vida-das-mulheres-diz-especialista-em-saude-mental>

¹⁵ Ver, Samuel Silva, 2019.

calculou que as britânicas “pararam de receber” neste ano na segunda-feira passada, dia 9.

Em um mundo com salários iguais para o mesmo trabalho, homens e mulheres trabalhariam 365 dias por ano recebendo o mesmo. No Brasil, devido à desigualdade de salários entre homens e mulheres, elas já estão trabalhando “de graça” desde o dia 19 de outubro.

O cálculo foi feito com base em estatísticas do IBGE pela especialista em economia de gênero Regina Madalozzo, do Insper, a pedido da BBC Brasil. (BBC, 2015)¹⁶.

A explicação dessa realidade está exatamente no lugar conferido às mulheres, a saber, “Do Lar”, como já visto. Em uma sociedade de classes, a contradição entre as classes é a forma como as sociedades se reproduzem. Desse modo, ao tempo que a ideologia neoliberal exalta o papel das mulheres como rainha do lar, ela advoga que as mulheres devem receber menos que os homens, pois exercem o trabalho no lugar que não é o da sua especialidade, isto é, mãe, esposa e cuidadora no espaço familiar.

Trazendo o jornalismo como panorama dos dados divulgados na última década, destacamos ainda duas matérias. Em 2015, a revista *Época* publicou a matéria “Desigualdade entre homens e mulheres dispara no Brasil em 2015”¹⁷: “*Ranking* publicado pelo Fórum Econômico Mundial mostrou o país na posição 85 entre 145 nações. Em 2014, estava em 71º lugar”. Cerca de um ano antes, o jornal *El País* havia publicado uma matéria sobre o surgimento da “Geração NoMo”: “[...] a rebelião das mulheres que não contemplam a maternidade [...] *Not ‘Mothers’*”¹⁸.

A histórica reivindicação feminista sobre a necessidade imperativa de educação para a diminuição da desigualdade de gênero¹⁹ no trabalho doméstico e de cuidado, combinada à discussão sobre o papel do Estado na garantia de serviços públicos de cuidado (creches, cuidado a pessoa idosa,

¹⁶https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_mulheres_trabalho_gratis_lab

¹⁷<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/11/desigualdade-entre-homens-e-mulheres-dispara-no-brasil-em-2015.html>

¹⁸ https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/23/sociedad/1408813287_310188.html

¹⁹ Ver: “Estereótipo de que 'matemática é para garotos' afasta meninas da tecnologia, diz pesquisador” (BBC Brasil, 2015).

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150831_entrevista_andrew_meltzoff_cc.shtml

restaurantes públicos, lavanderias públicas etc.), tem reafirmada a sua assertividade.

Sob uma pandemia mundial, a importância socioeconômica do trabalho de cuidado ganha novos contornos de visibilidade. O mecanismo mais importante de prevenção tem sido seguir a orientação de isolamento social, higienização redobrada e cuidado dos idosos. Nesse contexto, é imensurável a sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres e, ressaltamos, também sobre as meninas.

Contudo, cumprir as orientações de prevenção passa pelas contradições de classe e raça, gênero e sexualidade, que envolvem enormes contingentes populacionais em situação de vulnerabilidade social, econômica e política. O discurso neoliberal perde lugar. O Brasil do Estado “mínimo” para as famílias trabalhadoras precisou liberar alguma renda mínima para as famílias vitimadas pela desregulamentação ampliada do trabalho, informais e mães solo.

Chamada de “auxílio”, a política de renda mínima é silenciada. Esse silenciamento produz um efeito de sentido de ajuda, e do Estado como um ente que socorre. Esvazia o sentido de direito e de responsabilidade pública. Inferimos ainda que contribui para o silenciamento do trabalho reprodutivo, logo, para a naturalização da divisão sexual do trabalho que já discutimos com dados qualitativos e quantitativos.

O capitalismo tem exigido jornadas de trabalho cada vez mais extensas e mal remuneradas, com modalidades novas de des-emprego, a exemplo dos processos de *uberização*. Cria o “fatalismo” da desregulamentação geral do trabalho e amplia o trabalho não pago das mulheres em suas famílias: o *care* não pago é fundamental para a administração capitalista da crise social em que nos achamos imersos.

O Covid-19 desvela que estivemos reproduzindo um sistema econômico que priva 99% das pessoas dos meios de produzir, numa perspectiva de classes que é racial e sexista. Para o 1% que priva os demais dos meios de produzir, uma interrupção em seus lucros é “a grande catástrofe”. Para quem recebeu parca renda por essa riqueza que trabalhou para produzir, não poder gerá-la tem na morte a verdadeira catástrofe.

Para as famílias trabalhadoras negras, especialmente, a atual crise tem significado pagar com a vida os resultados do neoliberalismo, como evidenciam as últimas pesquisas que relacionam pandemia e desigualdade racial: “a chance de pretos e pardos sem educação for-

mal morrerem devido ao novo coronavírus é quatro vezes maior do que a de brancos com nível superior”²⁰.

O cotidiano das mulheres

Passa-se a analisar a fala/discurso das mulheres que mostram como o trabalho doméstico não deixa de ser realizado mesmo para aquelas que trabalham fora de casa, desde as empregadas domésticas até as pesquisadoras que fazem ciência. Os dados mostram que a pandemia afeta diretamente a produção científica de mulheres. Mais da metade das mulheres com filho(s) deixou de entregar artigos, mesmo isoladas; só 38% dos homens com filhos deixaram de publicar, afirma o repórter da UOL (uol.com.br, 27 de maio de 2020)²¹.

O discurso a seguir é título da matéria da jornalista que tentava entrevistar a cientista.

SEM TEMPO, IRMÃO²²

A jornalista relata que

A tentativa de entrevista é rapidamente interrompida pelo choro da criança. “Posso te mandar áudio?”, ela pede. As respostas que chegam ilustram bem o cenário: no meio do relato, dá para ouvir “mãe, quero comer” e alguns gritos²³.

O pedido da entrevistada – “posso mandar um áudio?” – provavelmente, era para que pudesse responder às perguntas em um momento que ela não poderia marcar, porque não sabia quando estaria sem alguma atividade doméstica. Percebe-se como é grande o tempo destinado à sua atua-

²⁰Ver:

https://www.huffpostbrasil.com/entry/mortes-negros-covid-19-desigualdade_br_5ecfd1e2c5b6c89ea4ef0728.

²¹ A vida não anda fácil para a professora Juliana Fedoce Lopes, 39. Como tantas outras mulheres, ela tenta conciliar as aulas remotas do curso de química da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) com a pesquisa pela qual ela é bolsista do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a atenção a Felipe, o filho único de quatro anos... Veja mais em <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/05/26/pandemia-pode-acentuar-disparidade-entre-homens-e-mulheres-na-ciencia.htm?cmpid=copiaecola>

²²Ver:

<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/05/26/pandemia-pode-acentuar-disparidade-entre-homens-e-mulheres-na-ciencia.htm>

²³ Idem.

ção como dona de casa. Mesmo quando responde à jornalista, através do áudio, ouve-se a fala do filho a pedir comida – “Mãe, quero comer” – e alguns gritos. As escolas estão fechadas durante a pandemia. Onde anda o pai?

É importante ressaltar que a publicação de artigos é fundamental para a progressão da carreira, assim como para conseguir bolsas de pesquisa.

Por outro lado, uma doméstica, Elizabeth²⁴, respondeu à pergunta do entrevistador sobre o que sente quando deixa o trabalho e chega em casa; “Horror”. Perguntada sobre o porquê, disse: “Porque agora vai começar tudo de novo. No final, é sempre repeteco”.

Embora não se possa comparar o tipo de exploração de uma empregada doméstica ao de uma professora universitária, queremos ressaltar a prevalência para as duas dos afazeres domésticos no cotidiano. A professora provavelmente não pode manter a empregada doméstica por causa da transmissão da Covid-19, então deve responsabilizar-se pelas tarefas domésticas. A doméstica, se não puder trabalhar, ficará sem o dinheiro para manter a sua família.

Conclusão

Não encontramos documentos de órgãos oficiais que discutam preocupações econômicas e soluções econômicas para a divisão sexual do trabalho na pandemia (antes dela ou em perspectiva). Não são discutidos como dados o *aumento das horas de trabalho reprodutivo não pago* e a *diminuição das horas de trabalho reprodutivo pago*, horas majoritariamente femininas em todo o mundo.

No Brasil, horas majoritariamente femininas e negras. Nas duas situações de trabalho reprodutivo, a divisão sexual do trabalho é desvelada como a causa fundamental do empobrecimento das mulheres, em todos os âmbitos de suas vidas. Discutir as crises globais sem discutir trabalho reprodutivo é silenciar a ideologia e a prática da divisão sexual do trabalho.

A crise não está ligada apenas à necessidade de desocuparmos as ruas devido à pandemia, pois guarda relação com os efeitos globais das políticas nacionais de austeridade do serviço público e com a ausência de políticas para a divisão sexual do trabalho. Esta, por sua vez, é agravada pelo

²⁴ Pesquisa em andamento.

esvaziamento de serviços nacionais de saúde pública e de políticas de seguridade social, somado à regularização do trabalho precário, com destaque aos processos de *uberização* (que transfere a realidade do sujeito empregado precariamente para a ilusão do empreendedorismo individual).

Assim, não estamos escrevendo uma conclusão porque não há conclusão sobre esse tema. A subserviência das mulheres continua sendo abrangente em todas as sociedades contemporâneas, cada uma de forma diferente, mas com o mesmo objetivo.

Não se vislumbra uma mudança próxima, e isso nos mostra que o entendimento das causas dessa subordinação é fundamental, assim como o estudo de como poderemos nos apropriar de nossa individualidade, trazendo o que aprendemos da solidariedade em nossas vidas.

Esperamos que este artigo contribua para uma melhor consciência de nosso papel na sociedade e para que lutemos em busca de uma sociedade que não seja desigual em todos os aspectos.

Referências

ÁVILA, Maria Betania; FERREIRA, Verônica (Org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife, Instituto Patrícia Galvão, SOS Corpo, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo, Brasiliense, 11984.

FEDERICE, Sílvia. **Calibã e as bruxas: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, Coletivo Sycorax, 2017.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, Belmira. **As marcas do corpo contando a história**. Maceió, UFAL-PPGLL, 2005.

MAGALHÃES, Belmira [et. alii]. **Mulher, saúde e Estado**. Curitiba, HD LIVROS Editora, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. São Paulo, Boitempo, 2009.

SILVA, Samuel. **A mulher no discurso da publicidade e os efeitos de sentido para a promoção do capital**. Curitiba: Appris, 2019.